

# Diário do Legislativo de 21/01/1998

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Romeu Queiroz - PSDB

1º-Vice-Presidente: Cleuber Carneiro - PFL

2º-Vice-Presidente: Francisco Ramalho - PSDB

3º-Vice-Presidente: Geraldo Rezende - PMDB

1º-Secretário: Elmo Braz - PPB

2º-Secretário: Ivo José - PT

3º-Secretário: Marcelo Gonçalves\* - PDT

4º-Secretário: Dilzon Melo - PTB

5º-Secretário: Maria Olívia - PSDB

\*Afastado do exercício do mandato, por investidura no cargo de Secretário de Estado.

SUMÁRIO

1 - ATA

## 1.1 - 230ª Reunião Extraordinária

ATA

ATA DA 230ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, EM 18/12/97

Presidência dos Deputados Romeu Queiroz e Geraldo Rezende

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): Palavras do Sr. Presidente - Questão de ordem; chamada de verificação de "quorum"; inexistência de "quorum" qualificado para votação e existência de número regimental para continuação dos trabalhos - Discussão e Votação de Proposições: Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.550/97; discurso do Deputado Anderson Adatao; questão de ordem; chamada de recomposição de "quorum"; existência de número regimental para continuação dos trabalhos; discurso do Deputado Antônio Júlio; questões de ordem; chamada de recomposição de "quorum"; existência de número regimental para continuação dos trabalhos; discurso do Deputado Paulo Pettersen - Interrupção dos trabalhos - Composição da Mesa - Palavras do Sr. Presidente - Palavras do Deputado Durval Ângelo - Palavras do Sr. João Heraldo Lima - Debates - Reabertura dos trabalhos - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Romeu Queiroz - Cleuber Carneiro - Francisco Ramalho - Geraldo Rezende - Ivo José - Dilzon Melo - Maria Olívia - Adelmo Carneiro Leão - Ailton Vilela - Ajalmar Silva - Alberto Pinto Coelho - Álvaro Antônio - Ambrósio Pinto - Anderson Adatao - Anivaldo Coelho - Antônio Andrade - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Antônio Roberto - Arnaldo Canarinho - Arnaldo Penna - Bené Guedes - Bilac Pinto - Carlos Pimenta - Dimas Rodrigues - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Durval Ângelo - Elbe Brandão - Ermano Batista - Geraldo da Costa Pereira - Geraldo Nascimento - Geraldo Santanna - Gil Pereira - Gilmar Machado - Glycon Terra Pinto - Hely Tarquínio - Ibrahim Jacob - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - João Batista de Oliveira - João Leite - Jorge Eduardo de Oliveira - Jorge Hannas - José Braga - José Henrique - José Maria Barros - José Militão - Kemil Kumaira - Leonídio Bouças - Luiz Fernando Faria - Marco Régis - Marcos Helênio - Maria José Haueisen - Mauri Torres - Miguel Barbosa - Miguel Martini - Olinto Godinho - Paulo Pettersen - Paulo Piau - Paulo Schettino - Péricles Ferreira - Raul Lima Neto - Rêmo Aloise - Roberto Amaral - Ronaldo Vasconcellos - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Sebastião Navarro Vieira - Toninho Zeitune - Wanderley Ávila - Wilson Pires - Wilson Trópia.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Romeu Queiroz) - Às 9h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- A Deputada Maria Olívia, 5ª-Secretária, nas funções de 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta.

Palavras do Sr. Presidente

A Presidência informa ao Plenário que fez retirar da pauta da reunião o Projeto de Lei nº 1.317/97, em virtude de sua apreciação na reunião extraordinária realizada ontem, à noite; o Projeto de Lei nº 1.425/97, em conformidade com decisão da Presidência, bem como os Projetos de Lei nºs 1.150/97, 1.548/97 e 1.549/97, por não estarem preenchidos os pressupostos regimentais necessários a sua apreciação.

#### Questão de Ordem

O Deputado Anderson Aduato - Sr. Presidente, eu gostaria que fosse feita a verificação de "quorum", pois há muitos Deputados no café ou se encaminhando para cá, e acredito que, com essa verificação, poderíamos ter uma idéia do número de Deputados presentes.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência solicita ao Sr. Secretário que proceda à chamada para a verificação de "quorum".

O Sr. Secretário (Deputado Ivo José) - (- Faz a chamada.).

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 41 Deputados; portanto, não há "quorum" para a votação de proposta de emenda à Constituição, mas o há para a continuação dos trabalhos. A Presidência vai passar à apreciação das matérias seguintes.

#### Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.550/97, do Governador do Estado, que dispõe sobre a COPASA-MG e dá outras providências. A Comissão de Justiça perdeu o prazo para emitir parecer. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Administração Pública. Em discussão, o projeto. Com a palavra, para discutir, o Deputado Anderson Aduato.

O Deputado Anderson Aduato\* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, solicitamos a algumas pessoas que estão acompanhando o processo da abertura de capital da COPASA que nos forneçam algumas informações. Creio que as informações que nos foram solicitadas vieram e gostaria de dar conhecimento disso aos Deputados desta Casa. O aumento do capital da COPASA, a integralização do Fundo de Água e Esgotos de Minas Gerais - FAE-MG -, subconta do Fundo Estadual de Saneamento Básico, e a abertura do capital social da COPASA, que estabelece a base fundamental para inserção da empresa no mercado de capitais, tem ônus para o Tesouro Estadual. Conforme se pode aqilatar, trata-se de projetos fundamentais para o planejamento estratégico da empresa, conseqüentemente, para o futuro do saneamento básico do Estado. Haja vista que, no momento, a COPASA possui um total de 611 concessões de abastecimento de água dos 853 municípios de Minas Gerais, além de 78 concessões para exploração dos serviços de esgotamento sanitário. Esses dados são de 1997. Das 611 concessões para abastecimento de água, ela ainda não opera o atendimento pleno a essas 611 concessões. Então, dessas 611 cidades onde ela já é detentora de concessão, ela opera apenas em 455. Faltam, portanto, mais de 150 municípios para que a COPASA possa cumprir o seu papel social de levar água e esgoto àquelas cidades e vilas mais distantes. Nas 78 concessões de esgoto, ela opera em apenas 35 municípios, beneficiando uma população em torno de 8,5 milhões de mineiros, com serviços de abastecimento de água, e 3,6 milhões de mineiros, com serviços de esgoto. Dá para observar, portanto, levando em conta a população mineira, que falta à COPASA muito para ela poder chegar à plenitude ideal a que deve chegar uma empresa de saneamento de água.

Para se ter idéia, no Triângulo, nas cidades de Uberaba e Uberlândia, há companhias próprias de água e esgoto que já chegaram a mais ou menos 99% no atendimento a serviços de água e mais de 70% a serviços de esgoto. Isso prova que a COPASA é uma empresa interessante para o desenvolvimento social de Minas Gerais, mas ela está ainda muito aquém do que deveria estar, na sua missão precípua de levar água e esgoto aos mineiros.

Considerando a abrangência de tais projetos, seja para a futura vida empresarial da COPASA, seja para o povo mineiro, esses deveriam estar mais bem documentados. É importante que os Deputados entendam que um projeto dessa natureza, que o Governo remete para a Assembléia Legislativa propondo a abertura do capital social dessa empresa tão importante... Gostaria que os nobres Deputados desta Casa tivessem conhecimento deste projeto de lei. Vocês ficarão estarelecidos, exatamente porque todas aquelas pessoas que tomaram conhecimento dele ficaram assim, devido ao pouco-caso do Governo do Estado, do Executivo, para com a Assembléia Legislativa. É um verdadeiro desrespeito um projeto dessa grandeza ter apenas meia página de justificação. Sr. Presidente, Srs. Deputados, com relação a esse projeto da COPASA, com meia página apenas de justificação, o Presidente deveria ter o mesmo comportamento que ele teve ontem com relação ao Secretário da Fazenda, com relação ao IPVA. Srs. Deputados, um projeto dessa magnitude chega ao parlamento para conseguir autorização para abertura do capital social, com apenas meia página de justificação: Vou lê-lo para os senhores, para que não possam imaginar que eu esteja, talvez, exagerando. O projeto do Governo está aqui. Ele recebeu o nº 1.550. Em uma página há o projeto e, depois, vem a justificativa do Exmo. Sr. Governador do Estado. "Belo Horizonte, 28 de novembro de 1997. Sr. Presidente,..." Só com o timbre do Governo já se gastou meia página. ..."tenho a honra de encaminhar a V.Exa., para exame desta egregia Assembléia Legislativa, o incluso projeto de lei que dispõe sobre a Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA -, e dá outras providências. O projeto autoriza o Poder Executivo a aumentar o capital da empresa e integralizar esse aumento com o patrimônio parcial ou total do Fundo de Financiamento para Água e Esgoto de Minas Gerais - FAE -, subconta do Fundo Estadual de Saneamento Básico - FESB -, deixando, conseqüentemente, esses recursos de compor parcela do exigível da empresa para integrar o não-exigível, em seu balanço. Ademais, a proposta constitui base para inserção da COPASA no mercado de capitais, sem ônus para o Tesouro do Estado, com a revogação, que estabelece, da obrigatoriedade de pagamento de dividendo mínimo de 6% ao ano ao acionista particular, ao mesmo tempo em que provê a empresa de meios para agir mais eficaz e rapidamente, com vistas à concepção e ao cumprimento de suas finalidades. Solicitando que o projeto de lei seja apreciado de acordo com o disposto no art. 69 da Constituição do Estado, valho-me desta oportunidade para renovar a V.Exa. protesto de elevado apreço e distinta consideração." Então, um projeto dessa natureza e com essa importância tem apenas essas explicações que o Governador do Estado remete à Assembléia Legislativa.

No meu entendimento, na minha avaliação sobre o comportamento do nosso Presidente com relação à cobrança do IPVA aqui, ontem, quando todos os Deputados da Casa, sem exceção, parabenizaram-no com palmas, quero dizer que isso serviu para melhorar um pouco mais o ânimo dos parlamentares desta Casa, que ele estava muito baixo. Imagino, no final do ano de 1997, no final do terceiro ano, no final do penúltimo ano legislativo, qual seja o estado de espírito de cada um dos Deputados desta Casa, principalmente os da base do Governo. Tenho certeza absoluta de que a maioria dos Deputados que compõem a base do Governo chegam ao final do ano tremendamente desiludidos, talvez arrependidos pelo apoio amplo, geral e irrestrito que deram ao Governador Eduardo Azeredo.

São poucos os Deputados nesta Casa que vão fechar o ano de 1997 com a consciência tranqüila do dever cumprido naquela missão que receberam do povo mineiro, de representar a população, e não de vir aqui passar uma carta em branco ao Governador. Foi isso que aconteceu até hoje. Mas é exatamente o comportamento que a maioria teve aqui nesta Casa que leva o Governador do Estado a fazer isso, como o que aconteceu com o IPVA, que é apenas um exemplo explícito daquilo em que esta Casa se transformou, com a sua própria aquiescência. Quem não exige respeito, quem não pede respeito não tem o direito de se indignar. A Assembléia Legislativa, como instituição, foi perdendo gradativamente o respeito que deveria ter, quando foi se perdendo nessa carta branca que foi passando ao Executivo, de tal forma que o Executivo chegou à seguinte conclusão: aí, eu posso passar por cima porque eles não estão resistindo. Isso é igual a quando você passa por um corredor e vê uma criança brincando com um cachorro. Ela começa a brincar, depois começa a chutá-lo e, enquanto não leva uma mordida na perna, na canela, ela não pára de chutar aquele cachorro.

Então, meus amigos, mais séria e mais grave é essa mensagem de abertura de capital da COPASA. Mais sérias e mais graves são essas poucas linhas justificando a abertura do capital, sem que haja o menor interesse em dar maiores esclarecimentos aos Deputados, porque o Governador e sua assessoria, em vista do comportamento da Casa, têm a certeza de que não precisam de se explicar, uma vez que a maioria, talvez, não vai lê-la, porque já está explícito nesta Casa que a abertura é total, que a carta branca é generalizada para tudo o que vier aqui dentro.

Mas, meus amigos, gostaria, apesar de serem poucas as linhas dessa justificativa do Governador, que os companheiros pudessem prestar um pouquinho de atenção ao § 3º: "Ademais, a proposta constitui base para a inserção da COPASA no mercado de capitais, sem ônus para o Tesouro do Estado, com a revogação que estabelece da obrigatoriedade de pagamento de dividendo mínimo de 6% ao ano ao acionista particular, ao mesmo tempo que provê a empresa de meios para agir mais eficaz e rapidamente, com vista à consecução do cumprimento de suas finalidades".

Em outras palavras, com essa justificativa, o Governo já está dizendo a nós, parlamentares, já está preparando todos os mineiros para aquilo que ele fez com a CEMIG: chamar um sócio minoritário ou individual que vai proporcionar um rendimento mínimo de 6% ao ano, mesmo a empresa dando prejuízo.

Assim foi o acordo de acionistas que o Governo fez com a CEMIG, acordo este tão danoso aos interesses do Estado a ponto de eu, diante de tantos comentários, iniciar hoje a coleta

de assinaturas para que esta Casa faça uma CPI sobre a venda da CEMIG. O objetivo é que sejam esclarecidos todos os procedimentos adotados pelo Governador com relação à venda da CEMIG.

Não quero levantar dúvida sobre a honra e a dignidade de nenhum dos membros do Poder Executivo, mas sou obrigado a dizer aos senhores que, no Triângulo Mineiro, a participação da CEMIG é muito grande. Não sei como é nas regiões dos senhores, mas, no Triângulo Mineiro é que se encontram as hidrelétricas, o maior patrimônio da CEMIG. E lá, Deputados, correm soltas conversas truncadas sobre vantagens ilícitas que algumas pessoas receberam com a venda daquela companhia e sobre o acordo de acionistas, acordo este tão danoso para os interesses maiores do Estado.

O Deputado Raul Lima Neto (Em aparte) - Nobre Deputado Anderson Adatao, não poderia deixar de interpelá-lo neste momento.

Todos os Deputados têm percebido que há, no Poder Legislativo, muita liberdade, o que demonstra ao Estado de Minas Gerais que esta Casa tem mesmo a vocação política de fiscalizar, de aprovar e de colaborar com o Executivo para que o povo mineiro tenha projetos inteligentes.

Embora todos tenham percebido que este Deputado, como tantos outros, foi totalmente contrário ao aumento do IPVA, e que, no dia em que esse projeto foi apresentado a esta Casa, fizemos um pronunciamento dizendo que chegava de impostos, temos todos também que aplaudir o Governador quando ele toma alguma medida acertada. Não é possível, todo homem acerta em alguma coisa!

A COPASA, na verdade, tem sido motivo de crítica e até de chacota e gozação do povo de Minas. Foi classificada, na lista negra internacional, como uma das empresas que mais polui em nosso Estado.

Essa medida do Governador, com vistas a aumentar o capital da COPASA, vai fazer com que ela, pelo que entendo, tenha mais recursos sem gastar nada. Quem sabe esta é até uma chance para que ela se conserte ou se acabe.

O Deputado Anderson Adatao\* - Não, Deputado, ela não vai acabar. E nós temos que eliminar, de uma vez por todas, essa concepção de que o que é bom é o que é privado e de que o que é público e estatal não presta.

No dia em que eu chegar à conclusão de que não sou bom naquilo que faço, que não sou competente na minha vocação de servir à população, eu abandono a vida pública e vou para a vida privada.

V. Exa. ocupou esta tribuna e disse: "chega de impostos". Vou plagiar V. Exa. e dizer: chega! Basta de imaginar que tudo o que é bom é privado e que o que é público não presta. Temos que começar a raciocinar de forma diferente.

Não posso conceber a idéia de se ter um sócio privado que invista numa empresa sempre em busca do lucro - e ele tem razão; não posso conceber um sócio privado numa empresa estatal de saneamento básico; não consigo ver um sócio privado de uma empresa estatal concordando com ela em levar água e esgoto a um distrito, a um lugarejo qualquer.

Muitos de nós já estivemos na COPASA para solicitar à diretoria que fosse levar água, que fosse levar esgoto, que fosse furar um poço artesiano, que fosse fazer as linhas de água para fazer com que esse líquido tão precioso pudesse chegar à casa de nossos irmãos mineiros menos favorecidos do que aqueles que vivem e moram na Capital do Estado.

Tenho certeza de que 99% dos Deputados que estão nesta Casa já estiveram, pelo menos uma vez, na COPASA para reivindicar daquela empresa que levasse água, que levasse esgoto a algum lugarejo perdido desta grande Minas Gerais. Não concebo a idéia de que esse Deputado que já foi lá, que conhece a empresa, que sabe que é uma empresa estatal, que tem como missão maior o compromisso social com Minas, o compromisso social com os mineiros, coloque a cabeça no travesseiro e pense: será que se eu colocar um sócio privado dentro da COPASA vou melhorar ainda mais a situação, não só da COPASA, mas dos mineiros?

Não podemos pensar apenas no interesse da empresa. Temos que pensar no interesse dos mineiros. Não consigo ver a COPASA melhor do que é hoje, por causa de um sócio privado. Não sejamos cínicos, Srs. Deputados, de acreditar e continuar acreditando nessa conversa de que o poder público não funciona. A COPASA é um exemplo de que funciona muito bem. A CEMIG é um exemplo de que funcionava muito bem como empresa estatal. Na semana passada, no Triângulo Mineiro, ouvi um dirigente da CEMIG dizer que tiveram um encontro de diretoria, e as diretrizes foram claras: se estiverem trabalhando em dois projetos, se um der 40% de lucro e o outro 60%, vamos nos concentrar no projeto que der 60%.

É ilógico o pensamento dessa nova diretoria da CEMIG, é ilógica a concepção dessa nova política que surgiu em Minas por decisão política e pessoal de cada um de nós, de cada um dos senhores - eu tive a honra, e vou levar isso para o túmulo, vou levar essa honra de dizer aos meus filhos e poder dizer aos meus netos que essa contribuição eu não dei - porque o tempo vai demonstrar a todos os mineiros o mau negócio, que foi feito, porque alguns Deputados votaram, talvez, imaginando que não seria feito o acordo de acionistas. A CEMIG só pode fazer o que o sócio privado ou o sócio capitalista desejar.

Quero apenas dizer que estou absolutamente seguro, absolutamente certo. Em relação à energia, é um pouco diferente, mas a questão da água é muito mais séria. A água tem o interesse de empresas multinacionais, de grandes conglomerados nacionais. A água é muito importante.

No momento em que aceitarmos votar favoravelmente a esse projeto de lei, podem ter a certeza de que estaremos apenas iniciando um processo extremamente longo do qual nos arrependermos daqui a 10 anos.

Quem olha hoje o que o Governo está pagando de juros em nível federal pode fazer uma comparação com o que ele arrecadou com a venda da Companhia Vale do Rio Doce e imaginar que ele vai pagar "x" de juros no ano de 1998.

Tenho a certeza de que todos os Deputados que votaram a favor da privatização da Vale do Rio Doce devem ter um tremendo arrependimento pelo ato e pelo gesto que praticaram.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, vou voltar a esta tribuna sempre que puder denunciar e para mostrar a todos os companheiros Deputados da Casa a ação danosa que vamos fazer. O que o Governo fez ao dizer que ia vender a CEMIG, mas que precisava abrir o capital da COPASA, talvez seja a mesma coisa daquele acordo que o PT fez esta semana com o Governo. O Governo colocou os dois bodes na sala para serem retirados.

Meus amigos, a situação da COPASA é completamente diferente. Temos a obrigação de preservar essa empresa porque ela é bastante razoável, mas falta muito a fazer. De 853 municípios mineiros, ela é detentora de 611 concessões para abastecimento de água, e conseguiu entrar em apenas 455 municípios. O único lugar que dá lucro é Belo Horizonte. No dia em que permitirmos um sócio privado na COPASA, ele jamais vai permitir novamente o que acontece hoje. A Capital sustenta o interior, permitindo que os investimentos possam ser feitos lá.

O Deputado Geraldo Nascimento (Em aparte) - Deputado Anderson Adatao, queremos elogiar o contundente discurso de V. Exa. no que diz respeito às privatizações das empresas estatais, sobretudo à COPASA-MG. Recentemente, encomendei uma pesquisa sobre o eliminador de ar no Estado de Minas Gerais. Cheguei à triste conclusão de que a população mineira é até a favor de entregar a coisa. Mas, nós Deputados, com a responsabilidade que temos, como esta que V. Exa. expõe à população mineira, precisamos colocar em pauta a matéria. Dada a consciência de que a COPASA-MG faz parte do patrimônio mineiro, precisamos defendê-la e preservá-la. Se com a COPASA-MG está ruim, pior será se o serviço for privado.

Recentemente, o Presidente da COPASA-MG esteve no Vale do Aço. Pasmem, Srs. Deputados, ele disse que o eliminador de ar deveria custar apenas R\$6,00. Quem é o Presidente

da COPASA-MG para dizer um absurdo desse? A Casa é testemunha de que a COPASA-MG colocou aqui um grande "lobby" contra o eliminador de ar.

Quero aproveitar - com a sua permissão - para elogiar o nosso Presidente Romeu Queiroz, que ontem retirou da pauta o projeto de aumento do IPVA. S. Exa. foi aclamado por todos os Deputados da Casa. Foi uma medida sensata. Ontem mesmo, ao conversar com o Presidente, S. Exa., brincando, perguntou-me se eu votaria nele. Respondi-lhe que sim, conforme o acordo que foi anteriormente discutido, quando a nossa Bancada autorizou o Deputado Ivo José a fazer o acordo. O apoio ao Presidente Romeu Queiroz dependerá de sabermos em qual cargo ele se propõe a servir o povo mineiro. Evidentemente, poderá contar com o meu voto. O PT aceita hoje qualquer negociação que for benéfica ao povo mineiro. Por isso, tenho que elogiar a atuação do nosso Presidente na política mineira.

Recentemente, viajei com o nosso Presidente até o Vale do Aço. Juntamente com Chico Ferramenta, Prefeito de Ipatinga, e com Ivo José, membro desta Mesa, conversávamos sobre a conjuntura política de Minas, chegando à conclusão de que não é possível negociar hoje, porque somente vamos ter convicção sobre a situação do quadro político do País após o mês de abril. Esse é o silêncio do povo mineiro para as urnas de 1998. Existe hoje uma dúvida muito grande. Não sabemos se é Itamar, se é Romeu Queiroz, se é o nosso ex-Governador. Mas espero que tenhamos grande alegria na política em 1998, que esta Casa dê um "show" na política de Minas. São os meus votos a todos os Deputados, esperando que a Assembléia faça valer a sua força, já que a política brasileira não nos dá uma resposta. Nessa conjuntura atual, FHC está comprando, sim. Não são minhas essas afirmações, mas dos jornais, que dizem que ele comprou votos, comprou até o direito de reeleição. Não comungamos com o neoliberalismo, que quer privatizar.

Tivemos a visita do Governador do Estado em nossa cidade. Aliás, sua visita foi somente anunciada, porque a chuva impediu-a. Por isso, quero elogiar quando você pega a COPASA-MG e chega até a Vale do Rio Doce. Esta Casa não se esquece de que o Governador foi um dos maiores incentivadores da entrega desse patrimônio ao setor privado. Privatizando a Vale, ele se esqueceu um pouco da grandeza do Estado de Minas Gerais. A Vale nasceu nesta Casa. Quando Eduardo Azeredo abonou a sua entrega, desrespeitou os Deputados e todo o povo mineiro.

O Deputado Anderson Adauto\* - Gostaria de tomar conhecimento desse projeto tão importante para o povo mineiro. Até os Deputados do PT aplaudiram V. Exa.

Vou concluir dizendo que vamos ouvir mais três Deputados do PMDB: Paulo Pettersen, Antônio Júlio e Antônio Andrade.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para discutir o projeto, o Deputado Antônio Júlio.

#### Questão de Ordem

O Deputado Antônio Júlio - Sr. Presidente, Srs. Deputados, estou aqui, hoje, debutando na tribuna desta Casa, mas estou vendo que não há "quorum" para a continuação dos trabalhos. Temos matérias importantes a serem votadas, por isso, gostaria que V. Exa. encerrasse, de plano, esta reunião.

O Sr. Presidente - A Presidência vai determinar a recomposição do "quorum", tendo em vista os importantes projetos que constam na pauta. Com a palavra, o Sr. Secretário, para proceder à chamada de recomposição do "quorum".

O Sr. Secretário (Deputado Ivo José) - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 33 Deputados. Há 9 Deputados nas comissões, perfazendo um total de 42. Há, portanto, "quorum" para a continuação dos trabalhos. Com a palavra, para continuar a discutir o projeto, o Deputado Antônio Júlio.

O Deputado Antônio Júlio\* - Temos a honra, a honra e a tristeza, coisa difícil de acontecer, de analisar esse projeto da COPASA-MG.

O Governo do Estado quer a autorização do Poder Legislativo para aumentar o capital da COPASA-MG, dentro do sistema de bolsa de valores, garantindo aos investidores uma rentabilidade mínima, estabelecida no acordo de acionistas, de 6% ao ano, o que é o melhor negócio do mundo.

Em qualquer parte deste planeta, principalmente na Europa e na América do Norte, uma remuneração de investimento gira em torno de 3%, e o Governo do Estado, como fez com a CEMIG, garante aos investidores uma rentabilidade de 6%.

Precisamos ter cautela e muita calma na apreciação desse projeto de lei. Não foi levado em conta, nessa avaliação, o que vale na COPASA-MG. Vale o patrimônio ou valem as concessões? Quem se debruçou sobre esse projeto sabe que, do faturamento total da COPASA-MG, 55% estão na região de Belo Horizonte. Na região metropolitana, esse faturamento representa 63%. A concessão de Belo Horizonte vence no ano 2000. O Prefeito Célio de Castro já está dizendo que vai revê-la, e o Governo do Estado insiste em não querer analisar essa concessão de Belo Horizonte. Sem a concessão de Belo Horizonte, quanto valeriam as ações da COPASA-MG? E com as concessões? Temos a certeza de que com a concessão a bolsa teria uma rentabilidade, em termos de ações da COPASA-MG, muito grande.

Esta também é uma das preocupações que temos de ter ao analisarmos esse projeto. Não está explícito no projeto que modelo de concessão seria oferecido ao povo mineiro e aos municípios. Não há nenhuma garantia para as Prefeituras. Como ficaria a concessão de uma Prefeitura que vence daqui a 10, 12 ou mesmo daqui a 6 anos, ou, ainda, daqui a 3 anos, como é o caso de Belo Horizonte?

Sabemos da importância desse capital para a COPASA-MG. Sabemos da necessidade da empresa de criar alternativas para obter recursos financeiros para seus empreendimentos, considerando, inclusive, a situação econômico-financeira do Tesouro do Estado, que não lhe permite oferecer qualquer apoio financeiro. Sabemos que a empresa necessita ingressar num novo estágio de desenvolvimento empresarial, voltado para a eficácia e a eficiência, notadamente na operação de seus serviços, em termos de qualidade e quantidade, bem como para a preservação do meio ambiente. Sabemos, também, que o Governo precisa se modernizar e priorizar os seus investimentos para as áreas de saúde, educação e segurança, podendo utilizar-se, sim, do resultado da venda desse ativo - em forma de ações, é claro - para tais usos.

Se o Governo vai utilizar parte desses recursos obtidos com a venda das ações da COPASA-MG, poderia muito bem continuar a sua propaganda sobre a educação em Minas, porque o que ouvimos falar pela imprensa não é o mesmo que ouvimos no interior. Sabemos que muita coisa melhorou; sabemos que as coisas estão progredindo, mas não da forma que tem sido divulgada.

Hoje mesmo estamos preocupados com a área da educação, porque o Governo do Estado assinou com algumas caixas escolares o repasse de recursos para o pagamento da energia elétrica, mas, até ontem, depois de 90 dias, nenhum recurso havia chegado, e a CEMIG está ameaçando o corte do fornecimento de energia elétrica para essas escolas. Isso mostra, mais uma vez, nossa preocupação com esses repasses e com esse compromisso da Secretaria da Fazenda com o dinheiro do Estado, que tem servido, sim, para fazer muita propaganda. Em termos de propaganda, o Governo do Estado só fica a dever à Prefeitura de Belo Horizonte, que também tem sido competente na divulgação de suas obras e seus projetos. Nesse ponto, também o Governo do Estado tem gastado uma fábula de dinheiro - muito dinheiro - para fazer propagandas e mais propagandas. Até acho que esta Casa deveria votar, nesse orçamento, o corte de recursos para a publicidade. É certo que o Governo tem de fazer publicidade, mas pouca. O que o Governo tem de fazer é obra, é investimento nas áreas de saúde e educação, e, principalmente, investimento em nossas estradas, que estão acabando - ainda mais nessa época das chuvas, que é uma época muito difícil.

Será que o Governo vai investir esses recursos da venda das ações da COPASA-MG na saúde? Não acredito, porque Minas Gerais tem perdido, ao longo deste ano, vários recursos, por ineficiência de aplicação desse dinheiro na área da saúde. Assinamos, há quatro ou cinco meses, no Palácio, a aplicação de recursos em áreas da saúde que foram priorizadas nas audiências públicas, mas até hoje nenhum recurso foi repassado para o setor, principalmente para a área dos consórcios - a não ser que o consórcio seja ligado ao Secretário.

O Deputado Anderson Adauto\* (Em aparte)\* - Acho importante essa questão que V. Exa. levanta. Para se ter uma idéia, no Triângulo mineiro temos dois consórcios que foram os

primeiros a sair, mas houve um atraso muito grande na liberação de recursos.

Então, os diretores técnicos estiveram com o Secretário da Saúde, que chegou ao cúmulo de dizer a um dos Secretários que o que havia sido assinado antes da eleição era apenas uma ação política, não era sério. Logo depois - é importante V. Exa. levantar isso - houve um acordo nesta Casa para que aquelas prioridades do orçamento de 1995 pudessem ser aproveitadas em 1996 e pagas em 1997. Pelo menos os dois consórcios do Triângulo mineiro ainda não viram a cor desses recursos.

Acho que é muito importante essa questão que V. Exa. levanta da tribuna, agora, para questionar o setor da saúde. Então, gostaria de ampliar um pouquinho essa dúvida de V. Exa. e levantar uma questão extremamente importante, que foi um acordo firmado aqui, em que votamos as prioridades e foram direcionados R\$38.000.000,00, num trabalho feito pela Assembléia Legislativa como instituição.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, a Assembléia Legislativa de Minas Gerais corre o risco de ficar desmoralizada no interior, exatamente porque ela foi até lá, comprometeu-se com as lideranças e não está cumprindo o compromisso.

Assinei um Acordo de Líderes, um ofício ao Governador do Estado, solicitando o pagamento daqueles compromissos, grande parte deles direcionada para a saúde. Quero parabenizá-lo pela lembrança dos recursos da saúde, principalmente dos consórcios. Agora, estou apenas acrescentando compromissos firmados pelo Tribunal de Justiça, pelo Governador e pela Assembléia nas audiências públicas que aconteceram no interior. Muito obrigado.

O Deputado Antônio Júlio\* - O Deputado Anderson Aduato lembrou muito bem dos acordos ou das prioridades que foram definidas nas audiências públicas. Uma coisa que também precisava ficar definida são esses recursos destinados à segurança pública. Coitada da segurança pública de Minas Gerais. Criou-se a taxa de segurança pública. Onde está o dinheiro? Foi para o caixa único para pagar o funcionalismo público, pagar outras dívidas, foi para o serviço de rolagem da dívida e, a segurança, a cada dia que passa, está um caos.

Na nossa região a Polícia Militar não tem nem viatura mais. Se a população quer que a Polícia faça patrulhamento com veículos, esta população tem que dar o veículo e tem que dar o combustível. Precisamos definir, e muito claramente, como seriam esses investimentos.

Nós, até hoje, não tivemos informações de como o Estado gastou o dinheiro da privatização, apesar de muita gente continuar afirmando que não foi privatização, que foi apenas a venda de parte das ações. Foi o melhor negócio que os investidores já fizeram na vida deles, como empresários, porque eles tiveram a garantia - volto a repetir - do Governo do Estado, através de um acordo de acionista, de uma rentabilidade de 6% ao ano.

Sabemos que esses recursos, então, eram muito poucos, porque, quando as ações foram vendidas na bolsa, parte delas já estava comprometida com a garantia que o Governo deu quando ele emitiu o bônus, na época apelidado de eurobônus. Lá estão os recursos.

Com essa privatização, ou com essa venda das ações, sabemos que o Estado não recebeu praticamente nada. Esta nossa preocupação também se estende à COPASA-MG. A COPASA precisa passar por uma reestruturação, e o Governo, como se sabe, está passando por uma nova fase econômica e financeira, sabemos disso. Mas precisamos definir claramente o modelo da venda das ações da COPASA-MG.

Não é simplesmente um projeto de abertura de capital ou de reintegração de um capital, mas de uma mudança de estrutura da empresa no Estado de Minas Gerais, no Brasil e até internacionalmente, porque o setor de saneamento é extremamente interessante a grupos internacionais. Já temos conhecimento, como tivemos na época da CEMIG, de que grupos interessados em explorar esse tipo de atividade já estão atuando junto a diretorias da COPASA-MG, como fez o grupo que adquiriu o controle patrimonial da CEMIG. Esta é uma preocupação, porque sentimos que essa abertura teria um direcionamento já definido e muito claro. Por essas considerações e em se tratando de um serviço essencial à população, haverá necessidade de que esta Casa possa avaliar adequadamente esse projeto de lei. Pedimos à COPASA-MG informações das quais necessitamos, como informações da SEPLAN e do Conselho de Desestatização do Estado. Levando em consideração prazos de investimentos, faturamento, receita e despesas, é importante notar que, pela Constituição Brasileira, em seu art. 30 § 30, compete aos municípios organizar e prestar diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o transporte coletivo, que tem caráter essencial. Fica aí nossa preocupação em termos da legalidade das concessões. A nosso ver, toda a capacidade do receável da empresa, futuras contas de água e esgotos sanitários, estará na razão direta da existência dos contratos de concessão naturalmente garantidos da mesma forma que o valor venal dessas futuras ações, que eventualmente seriam colocadas no mercado aberto, como bolsa de valores, estariam sendo rastreadas e asseguradas através do potencial deste receável. O Governo vende suas ações e garante a rentabilidade. Pela primeira vez nós temos conhecimento de que há um negócio que você vende e do qual garante a rentabilidade. Precisamos cuidar dos interesses do povo mineiro. O Governo do Estado fez um acordo com a COPASA-MG, com a CEMIG e com a TELEMIG, antecipando o ICMS, gastando recursos do projeto de lei que está aqui na Assembléia, aumentando as alíquotas. O Governo já gastou antes de ter a certeza do resultado do aumento das alíquotas. Porque quem consome até 30KW será taxado.

Então, queremos dizer que 100% da população seria taxada, e o Governo já antecipou esse ICMS para pagar o 13º-salário. Até acho que essa é uma medida bastante interessante, porque não houve nenhum custo, pelo menos esperamos que não tenha havido nenhum custo financeiro, principalmente com esses juros do mercado atual. Nós nos preocupamos com esse gasto antes da aprovação da Assembléia, e sentimos, ontem, esse fato lamentável da emissão das guias de IPVA sem a autorização legal desta Casa. Eu não tive nenhuma surpresa, porque, há dez dias, alertei, numa reunião, que essas guias estavam prontas e seriam entregues para que o Governo e as Prefeituras pudessem receber esse recurso na primeira quinzena de janeiro. Isso mostrou, mais uma vez, a falta de respeito da equipe econômica do Governo por esta Casa.

Dizia hoje que quem não dá respeito não é respeitado. Isso prova que, todas as vezes em que o Governo manda projeto de seu interesse para esta Casa, nós não temos o cuidado de analisá-lo com a cautela que a matéria necessita. Se vocês tiverem a oportunidade de analisar o projeto do IPVA mandado pela Secretaria da Fazenda, verão os absurdos que nele estavam incluídos. Levantei a questão na Comissão e tive o prazer de trabalhar junto ao relator, Deputado José Braga, e ao representante da Secretaria da Fazenda, quando levantamos a situação.

Só para encerrar, gostaria, então, de falar para os Srs. Deputados que tivessem um pouquinho de paciência e analisassem o Projeto do IPVA, na forma que ele veio para a Assembléia, para, depois, continuarmos este debate. Sr. Presidente, realmente a matéria é importante. Esse nosso pronunciamento está em todos os jornais. V. Exa. está de parabéns pela medida tomada ontem, pois realmente agiu em nome da Casa.

#### Questões de Ordem

O Deputado Antônio Júlio - Sr. Presidente, gostaria que o senhor encerrasse de plano a reunião, por falta de "quorum".

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a presença em Plenário de 22 Deputados. Há nove Deputados nas comissões, perfazendo o total de 31. Há, portanto, "quorum" para a continuação dos trabalhos.

O Deputado Anderson Aduato - Gostaria que V. Exa. nomeasse os nove Deputados que estão em comissão, por favor.

O Sr. Presidente - Deputados Miguel Martini, Mauri Torres, João Leite, João Batista de Oliveira, Sebastião Navarro Vieira, Gilmar Machado, Arnaldo Penna, Roberto Amaral e Ajalmar Silva.

O Deputado Anderson Aduato - Sr. Presidente, estou recebendo uma informação do Deputado Gilmar Machado, citado como se estivesse nas comissões, de que a reunião teve fim e que não há nenhum Deputado em comissão.

O Sr. Presidente - Para que não haja dúvida, a Presidência vai determinar a recomposição do "quorum". Com a palavra, a Sra. Secretária, para proceder à chamada dos Srs. Deputados.

A Sra. Secretária (Deputada Maria Olívia) - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente (Deputado Geraldo Rezende) - Responderam à chamada 35 Deputados. Há, portanto, "quorum" para a continuação dos nossos trabalhos. Com a palavra, para discutir o projeto, o Deputado Paulo Pettersen.

O Deputado Paulo Pettersen\* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, ocupo esta tribuna para falar sobre o Projeto de Lei nº 1.550/97, que altera o capital social da COPASA-MG. O PMDB é totalmente contra esse princípio de aumento do capital social da COPASA-MG com a participação da iniciativa privada, o que faz com que ela deixe de ser uma empresa estatal.

Mas, no momento em que o Plenário se prepara para examinar o Projeto de Lei nº 1.550/97, acreditamos serem cabíveis aqui algumas reflexões sobre a iniciativa, que se origina de mensagem encaminhada pelo Executivo a esta Casa.

Em linhas gerais, a proposição é para que o Governo mineiro seja autorizado a aumentar o capital da COPASA-MG, com a incorporação do patrimônio do Fundo de Financiamento para Águas e Esgotos do Estado de Minas Gerais - FAE. Além disso, propõe-se a abertura societária da Companhia, para que as ações possam ser negociadas em bolsa.

Ambas as medidas propostas tendem para uma única e notória direção: ordenar o aspecto financeiro da empresa, tornando-a atraente aos grupos privados que, numa segunda etapa, vierem a se interessar por sua aquisição. Em outras palavras, é preparar o terreno para que a organização seja privatizada.

Ao longo de nossas lides parlamentares, uma lição que aprendemos é que as chamadas verdades absolutas envolvem alta margem de risco. Não vamos, por isso mesmo, afirmar que somos contrários ao programa de privatizações orquestrado pelo poder público, embora estejamos convencidos de que a ação empresarial do Estado pode ser contingencialmente benéfica. Afastar o Estado da atividade produtiva relacionada com a prestação de serviços de utilidade pública, parece-nos, não pode ser aceito como dogma, constituindo cada caso um caso. Setores há, repetimos, em que a administração pública pode gerir satisfatoriamente o empreendimento, justificando-se sua presença, muitas vezes, por razões estratégicas e mesmo de soberania nacional.

Ora, a água é um bem estratégico, enquanto o saneamento constitui necessidade básica da população. Entregar os recursos naturais e a exigência social à tutela da iniciativa privada, se tiver que ser feito, que o seja em condições nas quais o público esteja absolutamente resguardado.

O Deputado Anderson Adauto (Em aparte) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, esse ponto que o Deputado Paulo Pettersen levanta é extremamente importante. Ele está se preparando para entrar num quadro que, tenho certeza, poucos Deputados pararam para observar: o que vale uma empresa estatal cujo maior patrimônio são suas concessões?

A empresa vale pelo número de concessões que tem e, mais do que isso, pelo prazo dessas concessões.

Quero parabenizá-lo, Deputado Paulo Pettersen, porque é isto que foi recomendado pela própria empresa contratada pela COPASA-MG: a abertura de capital. Gostaria de dizer que se a abertura de capital fosse efetuada após a tramitação natural desse processo, primeiro, a empresa deveria acertar o maior número de concessões; depois de ter o maior número de concessões possível, deveria ter, de forma objetivada, pronta, definida, determinada, os anos de concessões. O que vale uma empresa como a COPASA-MG se for vendida? Ela vale pelo número de concessões que tem e pelo prazo destas.

Pergunto aos Deputados: qual é a concessão mais valiosa da COPASA-MG? É exatamente a da cidade de Belo Horizonte. Quanto vale? Até quando? Até o ano 2000. No ano 2000 estará vencida a concessão da COPASA-MG.

Aí é que está a questão. Só não gostaria que acontecesse com a COPASA-MG o que aconteceu com a CEMIG, quando alguns espertalhões se beneficiaram do processo de venda, se beneficiaram do acordo de acionistas. Porque, no dia em que for renovado o contrato de concessão com a Prefeitura de Belo Horizonte, que isoladamente vale 50% de tudo que a COPASA-MG tem, as ações da COPASA-MG, naturalmente, vão explodir. Quem vai ter lucro? Os que chegarem primeiro, os que se tornarem acionistas no momento em que o Governo abrir o capital.

Então, Srs. Deputados, analisei muito a questão da COPASA-MG. Se eu subi na tribuna, fiz o meu discurso, com um pouco de emoção, confesso, é porque tenho conhecimento do que estou dizendo. Não é questão filosófica, não é questão ideológica. O Governo está atropelando comportamentos que deveria adotar antes de abrir o capital da COPASA-MG. O comportamento primeiro era regularizar, prorrogar todas as suas concessões, principalmente a de Belo Horizonte, porque aí se abriria o capital da empresa no alto, com as ações valorizadas. Só entendo que o Governo queima uma etapa tão importante, uma etapa crucial porque hoje não se olha o bem público, não se olha a propriedade pública como uma coisa do Estado.

O Governador do momento acha que é dele, e se ele vender antes do outro, o dinheiro entra no caixa dele. É nisso que os atuais governantes estão interessados. Estão interessados em fazer caixa para o seu governo, e não fazer caixa para resolver os maiores problemas do Estado.

Não, Deputado Paulo Pettersen, quero parabenizá-lo por ter abordado assunto tão importante. Discutir filosofia, discutir ideologia, alguns Deputados poderão fazê-lo dizendo ser favoráveis à venda, à abertura do capital. É a iniciativa privada que trará agilidade e competência. Até concordo com esses Deputados, aceito a colocação deles. Quero ver é justificarem essa etapa que a COPASA-MG está queimando. Ela não está regularizando, e deveria regularizar as suas concessões para somente após isso, fazer a abertura do capital, caso o fizesse.

Quero essa explicação. Quero ver qual Deputado vai votar a favor da abertura de capital.

O Deputado Paulo Pettersen\* - Srs. Deputados, gostaria de fazer um complemento à sua brilhante e feliz colocação, pelo seu desprendimento e pela sua visão. V. Exa. sabe que a função social da COPASA, da CEMIG e do BEMGE é importante no processo desenvolvimentista do Estado. Hoje, o BEMGE está sendo preparado para ser privatizado. Todos os Deputados sabem da dificuldade que é, por exemplo, instalar uma agência do BEMGE no interior de Minas ou em seus rincões. Eu, pelo menos, em minha região, em Aritana, em Ouro Fino, em São Geraldo do Baixio, no vale do Rio Doce e em outras cidades de Minas Gerais, vejo que esses municípios estão realmente implorando para que ali seja instalada uma agência, ou mesmo um posto para atendimento ao público. Em muitas cidades, os aposentados andam até 50km para receber a sua aposentadoria, ou para pagar contas. Isso causa muito prejuízo ao município. Muitos aqui hoje podem estar se esquecendo da função social da COPASA. Muitos municípios solicitam a presença da COPASA. Mas, se ela estiver nas mãos do capital privado, vai acontecer como ocorre com o BEMGE, que não instala agências no interior. Quando uma agência do BEMGE é instalada no interior, a Prefeitura arca com tudo. Essa é a verdadeira situação. Por isso estamos preocupados com a COPASA.

Graças a Deus que o Governo, em bom tempo e em boa hora, desistiu de privatizar a CEMIG. Senão, sequer poderíamos passar na porta da CEMIG e solicitar que ela levasse os programas sociais aos rincões de Minas. Nossa preocupação com a COPASA não é apenas do PMDB, tenho certeza de que é também uma preocupação de todo parlamentar mineiro que quer o bem social para todos os segmentos da sociedade.

O Deputado Raul Lima Neto (Em aparte) - Gostaria de parabenizar V. Exa. É a primeira vez que o ouço dessa tribuna, e estou vendo que realmente se trata de um tribuna, que defende teses com o coração e com a convicção de quem crê no que fala.

Srs. Deputados, gostaria apenas de chamar a atenção, porque é no debate que aperfeiçoamos e nos aproximamos da lógica para melhor decidir. Eu mesmo sou uma pessoa que não me envergonho de mudar de opinião, porque não me envergonho de pensar. Mas, ouvindo o pronunciamento do Deputado Anderson Adauto, vejo que há uma contradição. S. Exa. disse que esse projeto do Governo é tendencioso, uma vez que, se realmente o contrato da COPASA com Belo Horizonte for renovado, as ações subirão assustadoramente. É um grande negócio?

A Casa, em sua grande maioria, não faz oposição sistemática ao Governo. Mas quando os Deputados fazem oposição, ela é uma oposição sincera e construtiva, no sentido de colaborar com S. Exa. o Governador. Nobre Deputado Paulo Pettersen, membro do PMDB, sabemos que a COPASA tem lucros exorbitantes, alegando que os tem apenas em Belo Horizonte. Não é verdade, e já o disse um antecessor de V. Exa. Em Januária, por exemplo, e em todos os lugares em que opera, tem 611 concessões; a água que chega às nossas torneiras é tratada por ela. Mas essa água é cobrada. A água que sai das nossas torneiras também é cobrada, mas não é tratada. Ela suja os nossos rios, que, depois, são tratados novamente. Sr. Deputado, se essa empresa fosse privatizada, o Estado teria muito mais poder para fiscalizá-la, para exigir. Uma estatal termina sendo um Estado dentro de outro, gozando de uma série de regalias, gozando do poder de "lobby". Acho que, se essa abertura de capital é um chute na bola para uma posterior privatização, o Governador está de parabéns com esse projeto. Precisamos privatizar a toque de caixa essas empresas. O Estado tem que cumprir o seu dever de fiscalizar, de pai de família, permitindo que haja uma competição sadia, e não o monopólio ou oligopólio. A COPASA, como está, é um Estado dentro do outro. Para nossa vergonha, não há na sua diretoria quem tenha a menor sensibilidade ecológica. Não é possível se aceitar essa mortandade de peixes que houve no rio das Velhas. Anterior a esta, tivemos outra no rio São Francisco. Nas proximidades de Várzea da Palma, o rio das Velhas coalhou-se de peixes. Pedimos que se instalasse uma comissão especial para apurar o problema do rio das Velhas e do rio Arrudas, que foram totalmente destruídos, tornados fossas, por essa empresa considerada vergonha para qualquer ambientalista no que se refere à opinião internacional. Muito obrigado.

O Deputado Paulo Pettersen\* - Quero agradecer a intervenção do Deputado Raul Lima Neto, principalmente pela sua defesa ecológica. A preservação das águas está sendo, cada vez mais, uma preocupação mundial. O esgotamento da água é assunto importante em nosso Estado, porque ela também é uma matéria energética. Não somos contra a privatização, mas que não se privatizem empresas estratégicas, pois são de fundamental importância para o consumidor, para a sociedade.

Ora, a água é bem estratégica, o saneamento constitui necessidade básica da população. Entregar os recursos naturais à tutela da iniciativa privada, se tiver que ser feito, que o seja em condições nas quais o bem público esteja absolutamente resguardado.

Exemplo contrário, entretanto, temos em Minas Gerais, onde os serviços de eletricidade estão a cargo da CEMIG. Nos vários rincões do interior, muito bem se lembram da era da pré-CEMIG, quando o setor energético era responsabilidade de concessionárias privadas de âmbito local ou, até mesmo, regional, funcionando precariamente e, na maioria dos casos, sujeitando o usuário a um atendimento de baixo nível. A CEMIG, no entanto, veio implantar uma nova realidade. Minas hoje é um dos Estados mais bem servidos em matéria de energia elétrica. A CEMIG é controlada pelo Governo, embora esteja a caminho de ser privatizada. Deus queira que isso não aconteça. No caso da COPASA-MG, verificamos tratar-se de organização que hoje integra, de forma positiva e abrangente, a realidade socioeconômica de Minas Gerais. Originou-se da Companhia Mineira de Águas e Esgotos - COMAG -, com cuja criação se estava adotando uma política de saneamento para o Estado, bem como procurando otimizar-se a prestação de serviços de água e esgotos sanitários.

O Sr. Presidente - Meu caro Deputado Paulo Pettersen, gostaria de pedir licença a V. Exa. para suspender o seu pronunciamento, a fim de que a Presidência possa receber o Secretário da Fazenda, Dr. João Heraldo Lima. O seu tempo, evidentemente, será considerado posteriormente.

O Deputado Paulo Pettersen - Perfeitamente, Sr. Presidente.

#### Interrupção dos Trabalhos

O Sr. Presidente - A Presidência interrompe os trabalhos desta reunião, a fim de receber o Sr. João Heraldo Lima, Secretário da Fazenda.

#### Composição da Mesa

O Sr. Presidente - A Presidência convida a tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. João Heraldo Lima, Secretário da Fazenda, e João Alberto Vizzotto, Diretor da Superintendência da Receita Estadual.

#### Palavras do Sr. Presidente

Em vista do ocorrido ontem, ou seja, com relação à distribuição das guias de IPVA sem a lei autorizativa da Assembléia Legislativa, o que nos trouxe descontentamento, desconforto e até uma reação dos Deputados, fizemos retirar da pauta o referido projeto. Ao mesmo tempo, fizemos um requerimento ao Governador do Estado solicitando o comparecimento do Sr. Secretário da Fazenda, Dr. João Heraldo Lima, que hoje vem a nossa Casa para prestar alguns esclarecimentos.

Antes de ouvirmos o Secretário, a Presidência vai passar a palavra ao Deputado Durval Ângelo, que nos havia encaminhado requerimento sobre essa questão das guias de IPVA. Com a palavra, o Deputado Durval Ângelo.

#### Palavras do Deputado Durval Ângelo

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, Sr. Secretário; terça-feira fui surpreendido, em minha residência, com a entrega de uma guia de arrecadação de IPVA emitida pela Secretaria da Fazenda. Posteriormente, em contato com servidores daquela Secretaria, recebi a informação de que cerca de 1.600.000 guias já teriam sido impressas e 300 mil já teriam sido encaminhadas pelos Correios. Chegando à Assembléia, encontrei dezenas de Deputados que também tinham recebido guias, inclusive o relator na Comissão de Fiscalização Financeira, Deputado José Braga. É aí que, de alguma forma, está a nossa indignação e o nosso protesto. É que o procedimento correto, legal, constitucional e dentro do princípio da autonomia dos Poderes seria o Governo aguardar a tramitação do Projeto de Lei nº 1.425/97, que ainda não foi votado, em 1º turno, pelo Plenário. Talvez o Governo, através da Secretaria da Fazenda, estivesse pensando que este Poder poderia ser uma sucursal ou um prolongamento do Palácio da Liberdade. Não é.

Entendemos, também, que a Secretaria cometeu crime de responsabilidade, na pessoa do Secretário João Heraldo, porque, de alguma forma, desrespeitou a autonomia dos Poderes, garantida na Constituição Federal.

Uma outra questão merece reparo. A Secretaria da Fazenda encaminhou o projeto com as alíquotas e os prazos propostos na legislação para cá, e, em hipótese alguma, esperava uma mudança por parte do Poder Legislativo.

E digo mais, Sr. Presidente; de alguma forma, além de uma violação desse princípio constitucional, houve mau uso, uma forma irresponsável de usar o dinheiro público, porque qualquer mudança que esta Casa provocar quanto aos prazos ou alíquotas acarretaria prejuízo ao erário, pois a Secretaria teria de inutilizar essas vias.

Diante disso, apresentamos requerimento convocando o Secretário da Fazenda para discutir essa questão, mas já estamos tomando outras providências legais.

Hoje, à tarde, às 13h30min, estarei dando entrada a uma representação no Ministério Público, porque me sinto lesado no direito de consumidor. Estarei entrando, também, com queixa-crime na Delegacia de Ordem Econômica, porque me sinto lesado como consumidor, como contribuinte. Mas, como Deputado, penso que houve desrespeito à instituição, uma molecagem que não podemos permitir. Isso é um absurdo. Ou nós nos firmamos enquanto Poder, ou não vamos nunca conseguir levantar a cabeça.

Comunico que, diante desse quadro, a Bancada do PT tomou uma decisão esta manhã: não concordaremos com a votação do IPVA neste ano. Se algum Governo quiser governar sem a Assembléia Legislativa, não vamos ser coniventes com isso. Um projeto que onera em 33% o contribuinte não está em sintonia com uma economia dita estável. Nós, da Bancada do PT, independentemente dos esclarecimentos que forem feitos, não concordaremos que o IPVA seja votado nesse 1998.

É com tristeza, com luto que recebemos, hoje alguém que, mais uma vez, desrespeita este Poder. Muito obrigado.

Palavras do Sr. João Heraldo Lima

O Sr. Presidente - Com a palavra, o Dr. João Heraldo Lima, Secretário da Fazenda.

O Sr. João Heraldo Lima - Sr. Presidente, Srs. Deputados, venho trazer um ofício a esta Casa. Gostaria, em primeiro lugar, de lê-lo e, logo após, passá-lo às suas mãos; faremos comentários e esclarecimentos sobre a questão. (- LÊ:)

"Belo Horizonte, 18 de dezembro de 1997.

Senhor Presidente,

Todos sabemos que a operação de cobrança do IPVA, tendo em vista estar sujeita a prazos, abranger todos os municípios mineiros e cerca de 1.600.000 proprietários de veículos, é trabalhosa e complexa em sua logística, sujeitando-se a cronograma rígido.

Em meados de agosto passado, a Receita Estadual estabeleceu um cronograma para a preparação e a cobrança do IPVA, submetendo-se aos seguintes princípios:

- a arrecadação teria que iniciar-se em meados de janeiro de 1998;

- o contribuinte deveria receber a guia de recolhimento com um prazo médio de antecedência de 30 dias, tanto para uma maior comodidade no tocante à sua programação de pagamentos, como para o funcionamento do suporte de atendimento a eventuais erros e necessidade de emissão de 2ª via.

No início de dezembro, conforme previsto no cronograma, deveria se iniciar a impressão das guias. Estando o projeto de lei do IPVA ainda em tramitação nesta Casa, fez-se necessária uma decisão relativamente à produção das guias de cobrança e, conseqüentemente, aos valores do imposto a ser lançado.

Entendeu a Receita Estadual como mais razoável a impressão com alíquota de 4%, já que o transtorno para o contribuinte seria bem menor se informado da redução do valor a ser pago, em caso de rejeição do projeto de lei, do que imprimir com a alíquota de 3% e informar da sua majoração posterior, em caso de aprovação.

A decisão da impressão foi conscientemente tomada, já a distribuição das 50 mil guias não deveria ter ocorrido, em hipótese nenhuma, até a decisão final da Assembléia Legislativa. Infelizmente, um erro da Secretaria da Fazenda provocou esta situação, pela qual peço desculpas.

Atenciosamente,

João Heraldo Lima

Secretário de Estado da Fazenda."

Eu gostaria de prestar alguns esclarecimentos. O erro - e foi um erro - da Secretaria da Fazenda foi grave, e eu o estou assumindo. Houve uma distribuição que não poderia ter ocorrido. Como aponta o meu ofício, a decisão de imprimir foi tomada com todo o critério e com toda a consciência. Isso não traria nenhum prejuízo aos cofres públicos, como foi mencionado pelo Deputado. Decidimos imprimir as guias com 4% - evidentemente, não para que fossem distribuídas até a aprovação; o erro foi a distribuição. Caso a alíquota permanecesse em 3%, a rede bancária seria informada, por meio de uma medida simples e sem custo - basta um telex, um fax, do gabinete da Secretaria da Fazenda para a rede bancária -, do desconto a ser dado. Então, daríamos um desconto nas guias emitidas com 4%, de forma a permanecer a alíquota em 3%, caso o projeto não viesse a ser aprovado.

Essa providência nos pareceu a mais correta, em virtude das dificuldades do processo de lançamento do tributo e da imperiosa necessidade de contarmos - nós, o Estado de Minas e os municípios, porque lembro aos senhores que 50% do IPVA é distribuído imediata e automaticamente, no ato do pagamento, aos municípios - com esses recursos em janeiro. O processo de impressão, as licitações que temos de fazer e o excesso de demanda sobre a PRODEMGE são fatores que complicam muito a emissão do imposto. Se não tivéssemos tomado nenhuma providência, sequer quanto à emissão das guias, aguardando - como deve ser feito - a decisão da Assembléia, só poderíamos lançar o tributo em março, prazo muito inadequado tanto para nós como para os municípios. Lançar, imprimir duas vias - uma com 3% e outra com 4% -, aí, sim, seria uma atitude talvez mais prudente, mas mais onerosa, muito mais onerosa.

A decisão que tomamos de, eventualmente, ter de reduzir, através de uma informação à rede bancária, o valor do tributo de 4% para 3% pareceu-nos a mais adequada, sem custos e compatível com a necessidade de recolhermos o tributo em janeiro de 1998.

As licitações são complicadas. A situação financeira precaríssima do Estado faz com que tenhamos dificuldades nas licitações. É comum, hoje, o Estado fazer licitações e não aparecer sequer um licitante. No entanto, temos de cumprir os ditames da Lei nº 8.666, de modo que esta decisão, como eu disse no ofício - e quero insistir, repetir, frisar para os Srs. Deputados -, foi consciente. Não foi desrespeitosa, muito menos "moleque", como foi dito aqui. Tenho todo o respeito por esta Casa, pelos Srs. Deputados. Temos a responsabilidade de estar no Governo, e tomamos com toda a

consciência aquela decisão, que julgamos a mais adequada, a menos onerosa e a mais importante para atender às conveniências do Governo do Estado de Minas Gerais e dos 853 municípios que partilham com o Estado a receita do IPVA.

Está comigo o Diretor da Receita, que pode dar qualquer tipo de esclarecimento técnico-operacional sobre o processo de lançamento do tributo. Mas eu gostaria, antes de encerrar esses comentários, de dizer mais uma vez, Sr. Presidente, que estou aqui - conversei longamente com o Governador, ontem, à noite e hoje, pela manhã, sobre isso - para assumir o erro cometido pela Secretaria da Fazenda e pedir desculpas a esta Casa. Espero que as conseqüências desse erro se esgotem rapidamente. Não houve conseqüência danosa para nenhum contribuinte.

Não há tentativa do Governo de amenizar, distorcer ou esconder qualquer tipo de informação. Estou aqui assumindo o erro e aproveito a oportunidade - discuti esse ponto com o Governador -, exatamente, para mostrar a necessidade da reformulação da Secretaria da Fazenda. Esse foi o primeiro ponto que me ocorreu ontem, à noite. Sei que, por razões imperiosas, esse projeto não pode ser votado este ano. Mas é mais um ponto que reforça a nossa convicção da necessidade de termos um reforço gerencial e administrativo, exatamente na área da Receita.

As aflições são muito grandes. A administração desse tributo, como dos outros, do ICMS, é complexa, e esse é um erro que eu não diria comum, mas normal em instituições do tamanho, do porte, da complexidade da Secretaria da Fazenda. Foi um erro nosso, foi um erro da Receita ter feito essa distribuição, é óbvio. Eu seria inconseqüente se estivesse dizendo o contrário. Mas não quero justificar, não, quero explicar as condições nas quais erramos e por que erramos. Não vou fazer caça às bruxas na Secretaria da Fazenda, assim como o Governador - ele me disse, com toda a amizade e confiança mútua que temos - também não o fará.

Estou autorizado por ele a dizer aqui que não há crise no Governo por causa disso.

Há um Governo transparente, honesto, honrado, que assume um erro que, felizmente, não trouxe maiores conseqüências, a não ser esse desconforto e esse desagrado por parte desta Casa. Antes de terminar, gostaria de fazer um apelo a esta Casa e aos Srs. Deputados para que votassem esse projeto, de acordo com suas consciências, pensando no que ele significa, pensando que 50% dessa receita pertencem a esses municípios, e que há uma expectativa do Governo do Estado em face da situação financeira que todos conhecem, quanto à aprovação desse projeto.

Faço o mesmo apelo à Bancada do PT, depois do que foi dito pelo Deputado Durval Ângelo. Evidentemente, o PT tem todas as prerrogativas de analisar a situação do ponto de vista de um partido de oposição que é, mas esse fato, sem pretender fugir de uma responsabilidade, sem pretender escamotear nenhum tipo de questão relativo a ele, não deveria ser utilizado como um argumento para prejudicar a busca do Governo da melhoria dos resultados econômicos e financeiros, da melhoria das contas públicas e da melhoria da receita dos municípios. Nosso orçamento conta com esses recursos, e tenho a certeza de que os orçamentos dos mais de 800 municípios do Estado de Minas Gerais contam com a necessidade desses recursos. Estou às ordens, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Superintendente da Receita, para qualquer esclarecimento adicional. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Era intenção da Presidência apenas ouvir os esclarecimentos do Sr. Secretário de Estado da Fazenda, no entanto, vamos abrir uma exceção, uma vez que o Sr. Secretário se coloca à disposição, para que os Srs. Deputados possam se manifestar, mas apenas por um prazo de 2 minutos cada um, sem réplica e sem tréplica, para encerrarmos esse assunto.

#### Debates

O Sr. Presidente - Com a palavra, o Deputado Durval Ângelo.

O Deputado Durval Ângelo - Sr. Presidente, a discussão só com o reconhecimento do erro não resolve. O projeto é complexo, tem emendas complexas, emendas essas que mudam datas de pagamento. Vejam que transtornos causariam aos contribuintes. Você tem uma data impressa e se obriga a pagar naquela data, e depois essa data poderia ser mudada.

Quanto aos cálculos, por exemplo, há uma emenda do PT que estabelece a questão da progressividade, que não é um cálculo tão simples, requer uma discussão muito mais profunda. A meu ver, qualquer contribuinte que recebeu, como eu recebi, em minha residência, uma conta daquelas, sente-se lesado, porque não há nenhum projeto votado na Assembléia estabelecendo 4%. V. Exa. conhece muito bem o Código de Defesa do Consumidor.

Ninguém pode ser cobrado por uma dívida que não contraiu ou que uma lei não estabeleceu. Não há como.

Então, a própria Secretaria está desrespeitando a legislação. O envio da guia pelo correio pode ser considerado um constrangimento ao contribuinte. Então, penso que esse é um aspecto a ser analisado. Quero deixar bem claro que ou esse Poder Legislativo toma uma posição nisso ou vai ser visto como um mero poder homólogo.

Uma outra coisa. Está embutido também na guia o seguro obrigatório, que foi aumentado agora em 40% pela SUSEP. A questão que apresento é a seguinte: que participação a BEMGE Seguradora tem nesse seguro obrigatório? Qual é o tempo em que o BEMGE capitaliza o pagamento desse seguro obrigatório? As informações que temos é de que o aumento de 40% promovido pela SUSEP foi feito em acordo com os próprios Governos estaduais. Queriam também essas informações. Qual a comissão que tem a BEMGE Seguradora? Temos uma informação de que são valores absurdos. A SUSEP, ainda resquício da ditadura militar, de alguma forma faz um acordo com o Governo do Estado. É bom que o contribuinte saiba que o imposto aumentou em 33%, e o seguro obrigatório, 40%.

O Sr. Presidente - Com a palavra, o Deputado Anderson Aduato, por 2 minutos.

O Deputado Anderson Aduato - É uma pena, Secretário, Sr. Presidente, que só possamos falar por 2 minutos, num momento desses, mas acredito que vou conseguir expressar o meu pensamento nesse tempo. Para o que aconteceu com a Secretaria da Fazenda neste final de ano, no interior, temos dois pensamentos que expressam isso com fidelidade. Primeiro, o feitiço virou contra o feitiço; segundo, um dia a casa cai. A Secretaria da Fazenda tem o costume de deixar para a última hora, para a undécima hora, sempre no final de ano, para mandar os projetos mais polêmicos para esta Casa, para não dar tempo para os Deputados discuti-los. Sempre levantamos aqui essa questão, e a denunciamos. A Fazenda sempre faz isso em todos os anos. Dessa vez, a casa caiu e o feitiço virou contra o feitiço. No meu entendimento, foi apenas isso o que aconteceu. Meu muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - Com a palavra, o Deputado Gilmar Machado, também por 2 minutos.

O Deputado Gilmar Machado - Obrigado, Sr. Presidente. Essa fala fúnebre do Secretário demonstra todo o seu constrangimento pelo que ocorreu. Ele faz um apelo a esta Casa, no final da sua fala, e eu também gostaria de fazer um outro apelo. Quando o Secretário esteve aqui, quando o convidamos a vir aqui discutir o pacote como um todo, ele disse que estaríamos debatendo modificações e que, inclusive, aceitava discuti-las. Só que, infelizmente, ao mesmo tempo em que ele falava isso para nós, que aceitava o debate, já estava mandando as contas para o contribuinte. É isso, Secretário, que nos deixa indignados. Nós confiamos nisso. A Bancada do PT está e estava aberta ao debate, ao diálogo. Fizemos, inclusive, entendimentos com a Liderança do Governo e com o Presidente da Casa, que quer zelar pela tramitação de todos os projetos aqui. Só que queríamos fazer, e continuamos fazendo, um debate em alto nível. Estamos querendo discutir seriamente os projetos. Agora, nas costas do Poder Legislativo, nas nossas costas, enquanto o senhor fala uma coisa aqui, na nossa frente, outra está sendo feita lá na Secretaria. Se os funcionários mandaram uma nota para a casa do contribuinte, é porque houve a autorização do Secretário. Se não houve, então alguém tem que ser responsabilizado e punido. Para mim, se algum servidor nosso em alguma coisa nos desrespeita e passa por cima da hierarquia, ele tem que ser punido. Infelizmente, não é isso o que ocorre.

Então, gostaríamos, já encerrando o meu tempo, de dizer a V. Exa. que continuamos aqui porque queremos que o Poder Legislativo tenha responsabilidade e seriedade, o que, infelizmente, está faltando na Secretaria da Fazenda, que V. Exa. está dirigindo.

Vamos estabelecer uma discussão séria a respeito dessa questão. Queremos deixar aqui todo o nosso protesto a V. Exa., que fala uma coisa na nossa frente e faz outra nas nossas costas. Mas não permitiremos que essa sua atitude venha a sacrificar o povo mineiro.

O Sr. Presidente - Devido à relevância e à importância do fato ocorrido, a Presidência, de imediato, vai convocar uma reunião de Lideranças, que deverá ocorrer imediatamente, no 23º andar do Edifício Tiradentes. E vai, evidentemente, convidar o Secretário de Estado da Fazenda, Dr. João Heraldo, para dela participar, juntamente com o Dr. João Alberto Vizzotto, Diretor da Receita Estadual.

No entanto, vai dar também a palavra ao Exmo. Sr. Secretário, para que ele possa responder aos Deputados que fizeram seus questionamentos. Dr. João Heraldo, com a palavra, por favor.

O Sr. João Heraldo Lima - Começo respondendo ao Deputado Gilmar Machado que não aceito, de forma alguma, o que ele disse. Não neguei uma coisa aqui e fiz outra pelas costas. A explicação que dei foi clara: o que fizemos foi providenciar conscientemente a emissão das guias. Já a partir de agosto, o processo logístico operacional foi iniciado para que qualquer alteração que fosse feita em função de alterações do projeto de lei fosse comunicada à rede bancária.

O que disse aqui antes vale para qualquer tipo de indagação feita pelo Deputado Gilmar Machado. Se o que esta Casa definisse fosse diferente do projeto oriundo do Poder Executivo, teríamos condição de, por meio de um comunicado à rede bancária, fazer as adaptações necessárias para que se cobrasse, do contribuinte, com aquela guia emitida, o que fosse devido, em conformidade com a lei que daqui resultasse.

Não combinei uma coisa e fiz outra. Não faço isso. Tenho minha vida inteira como testemunha disso. Não tenho o prazer de conhecê-lo pessoalmente, de privar da sua amizade, do seu conhecimento, mas quero lhe dizer que eu tenho um currículo, que eu tenho uma vida, que eu tenho um nome, independentemente de governo, de estar no Governo ou de ser Governo. De modo que não posso aceitar esse tipo de colocação por parte do Deputado e, com todo o respeito, quero protestar contra isso. Combinei aqui uma coisa, falei uma coisa, e estamos abertos a modificação. Em qualquer modificação que venha a ser feita, podemos dar a demonstração cabal de que nas guias já impressas faremos as devidas modificações, decorrentes de qualquer decisão da Assembléia Legislativa, procurando, evidentemente, manter o prazo, que é vital para nós. Esperamos arrecadar o tributo em janeiro.

Quanto ao Deputado Anderson Aduato, vou apenas me limitar ao comentário de que quem manda os projetos é o Governo. Nenhuma Secretaria, isoladamente, toma a iniciativa de mandar projetos na data que lhe convier. Os projetos são mandados pelo Governo do Estado de Minas Gerais.

Com relação ao Deputado Durval Ângelo, gostaria de dizer que desconheço qualquer entendimento que os Governos estaduais fizeram. Nunca troquei uma palavra sequer com ninguém da SUSEP. Não conheço ninguém da SUSEP. Esse é um assunto da competência do Governo Federal, de acordo com o Código Nacional de Trânsito, para estabelecer normas seguras. Jamais trocamos qualquer palavra, jamais tivemos qualquer entendimento.

O BEMGE não tem nenhuma relação com isso; é apenas um prestador de serviço; apenas recebe guias de contribuição.

Só recentemente tomei conhecimento da decisão da SUSEP de aumentar o seguro. Ele não está lançado nas guias que estão impressas, das quais, infelizmente, 50 mil foram distribuídas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - Esta Presidência, mais uma vez, convoca todos os Líderes de Bancadas - o Líder do Governo, o Líder da Maioria e o Líder da Minoria - para uma reunião, de imediato, no 23º andar do Edifício Tiradentes.

Na oportunidade, convida para dela participar o Sr. Secretário da Fazenda, bem como o Dr. João Alberto Vizzotto, Diretor da Receita Estadual, e agradece a presença em Plenário dessas autoridades, que, prontamente, vieram à Assembléia prestar esclarecimentos sobre a questão das guias de IPVA distribuídas até o momento.

O Deputado Marcos Helênio - (- Fala fora do microfone.)

O Sr. Presidente - A Presidência informou anteriormente que não iria dar oportunidade de réplica, de tréplica, ou mesmo de iniciativas, atendendo, apenas, aos que estavam inscritos até então. Vamos continuar a reunião no Edifício Tiradentes, como já disse, e o senhor, que é um dos Líderes a participar da reunião, poderá dar sua contribuição e fazer seus questionamentos.

#### Reabertura dos Trabalhos

O Sr. Presidente - Estão reabertos os trabalhos da reunião extraordinária.

#### Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência, tendo em vista a importância e relevância da matéria, reafirma a convocação já feita a todos os Líderes de Bancadas - o Líder do Governo, o Líder da Maioria e o Líder da Minoria - para uma reunião, de imediato, no 23º andar do Edifício Tiradentes, para a continuidade da reunião entre os Líderes e o Sr. Secretário e encerra esta reunião de Plenário, convocando os Deputados para a ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada, e para a extraordinária também de hoje, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

\* - Sem revisão do orador.